

## MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE

### MEMÓRIA DA 16ª REUNIÃO DO GT REGULAÇÃO DE SUBSTÂNCIAS QUÍMICAS

**Sala de Reuniões CT-01 prédio do MMA 505N - Brasília -DF**

**Data:** 10 de dezembro de 2015, das 10h00 às 17h.

**Coordenação da Reunião:** Alberto da Rocha Neto – Gerente de Segurança Química (DQAM/MMA)

**Relatoria:** Cayssa Marcondes (DQAM/MMA)

#### Lista de Presença:

Instituição	Representante	e-mail
MMA	Alberto da Rocha Neto	<a href="mailto:alberto.rocha@mma.gov.br">alberto.rocha@mma.gov.br</a>
MMA	Cayssa Marcondes	<a href="mailto:cayssa.marcondes@mma.gov.br">cayssa.marcondes@mma.gov.br</a>
ABIQUIM	Nícia M. Fusaro Mourão	<a href="mailto:regulatorios@abiquim.org.br">regulatorios@abiquim.org.br</a>
ANVISA	Jeane Almeida	<a href="mailto:Jeane.almeida@anvisa.gov.br">Jeane.almeida@anvisa.gov.br</a>
IBAMA	Marisa Zerbetto	<a href="mailto:Marisa.zerbetto@ibama.gov.br">Marisa.zerbetto@ibama.gov.br</a>
MDIC	Roberto Loureiro	<a href="mailto:Roberto.loureiro@mdic.gov.br">Roberto.loureiro@mdic.gov.br</a>
FBOMS	Zuleica Nycz	<a href="mailto:Zuleica.nycz@gmail.com">Zuleica.nycz@gmail.com</a>
FUNDACENTRO	Gilmar Trivelato	<a href="mailto:Gilmar.trivelato@fundacentro.gov.br">Gilmar.trivelato@fundacentro.gov.br</a>
MME	Cristiano Furuhashi	<a href="mailto:cristiano.furuhashi@mme.gov.br">cristiano.furuhashi@mme.gov.br</a>
MS	Antonio Leopoldo	<a href="mailto:Antonio.leopoldo@saude.gov.br">Antonio.leopoldo@saude.gov.br</a>
ABIPLA (ouvinte)	Giancarlo Montagnani	<a href="mailto:areatecnica@abipla.org.br">areatecnica@abipla.org.br</a>

#### Memória:

O Gerente de Segurança Química do MMA, Alberto da Rocha Neto, abriu a reunião do grupo de trabalho saudando a todos os presentes.

Em seguida, passou-se à apreciação da memória da 15ª reunião do GT, que ocorreu no dia 06/11/15, sobre a qual Jeane (Anvisa) solicita uma correção, informando que não há classificação de perigos e risco para medicamentos. Após essa alteração, a memória foi aprovada.

Alberto comentou sobre o evento realizado pelo MMA no âmbito do Projeto Diálogos Setoriais União Europeia – Brasil, cujo tema foram as substâncias químicas perigosas em produtos e artigos, concluindo que nossa proposta de lei irá contribuir para este tema também, considerando que o controle na produção e importação de substâncias perigosas irá prevenir que estas sejam agregadas a produtos e artigos destinados ao consumidor final, além disso, a lei também prevê, como uma das medidas de gestão de risco, a restrição da concentração de substâncias perigosas em produtos acabados.

Alberto ressaltou que essa seria a última reunião do Grupo de Trabalho, portanto, os pontos que não obtivessem consenso no âmbito do grupo de trabalho, seriam encaminhadas para deliberação da Conasq.

Em seguida, passou-se à leitura dos pontos destacados na lei, iniciando-se pelo Art. 4º, que trata das exclusões, no qual foi definido que os itens deveriam ser separados em alíneas, para facilitar a leitura e o entendimento.

Gilmar (Fundacentro) propõe também incluir no rol de exclusões da lei, os metais na sua forma maciça para fins estruturais, de forma que aqueles que são submetidos apenas a modificações físicas não façam parte do escopo na lei, pontuando que metais maciços utilizados como insumos em reações químicas não devem ser excluídos. O grupo debateu e concordou com a sugestão.

A respeito das substâncias destinadas à pesquisa, Zuleica (Fboms) sugere que estas sejam retiradas do rol de exclusões, de forma que se submetam às disposições da lei a fim de proteger a saúde dos alunos de universidades por exemplo.

Marisa (Ibama) comenta que, geralmente, a identificação de insumos destinados à pesquisa se dá por meio da quantidade e sugere que o decreto que regulamentará a lei defina uma quantidade limite para ser considerada finalidade de pesquisa. O grupo acatou a sugestão e esta previsão foi incluída no Art. 4º da lei.

Gilmar (Fundacentro) e Nícia (Abiquim) propõem que seja novamente indicado na lei o quantitativo anual de produção e importação de substâncias que estarão obrigadas

a prestar informações no Cadastro, estabelecido em 1 tonelada ao ano, de forma a gerar segurança jurídica para os produtores e importadores e também a evitar que tudo seja cadastrado, inclusive substâncias produzidas ou importadas anualmente em quantidades inferiores a 1 tonelada/ano.

Zuleica (Fboms) questiona o limite de 1 tonelada, afirmando que assim, os nanomateriais estariam excluídos do escopo da lei.

Sobre isso, Leopoldo (MS) sugere que esteja previsto na lei que existirá a possibilidade de rever o limite de 1 ton/ano para alguns tipos de substâncias específicas, de acordo com o risco que elas possam gerar, como as Substances of Very High Concern (SVHC), os Poluentes Orgânicos Persistentes (POPs), as classificadas como Carcinogênicas, Mutagênicas ou Tóxicas à reprodução (CMRs) e os nanomateriais. Essa sugestão foi acatada pelo grupo e definiu-se que o Comitê Deliberativo de Substâncias Químicas seria a instância competente por definir os casos excepcionais nos quais os limites seriam inferiores.

Sobre a periodicidade de atualização das informações constantes no Cadastro, após algumas discussões, o grupo definiu que as informações do cadastro devem ser atualizadas sempre que houver alteração de dados referentes aos usos, faixa de quantidade produzida ou importada por ano ou à classificação de perigo à saúde e ao meio ambiente.

Em seguida, foi discutido se aqueles que utilizam as substâncias químicas para as mais diversas finalidades (como formuladores, distribuidores, fabricantes de produtos acabados, entre outros) deveriam informar ao produtor e ao importador da substância os usos que está fazendo, tendo em vista que somente produtores e importadores têm obrigações perante o CNSQ, com isso, ficou estabelecido que a utilização de uma substância ficaria condicionada aos usos constantes no Cadastro, portanto, que os usuários teriam a obrigação de informar seus usos aos produtores e importadores.

Dando continuidade, passou-se para a discussão do Art. 7º, que trata dos critérios para a seleção das substâncias químicas a serem submetidas à avaliação de risco, sobre os quais, Gilmar (Fundacentro) propôs a inclusão de três novos critérios: características de disruptores endócrinos; sensibilização cutânea ou respiratória e potencial de causar danos severos e irreversíveis à saúde humana, por exposição repetida.

Nícia (Abiquim) se manifestou contrariamente aos dois últimos critérios propostos, pois são afetos somente ao ambiente de trabalho, explicando ainda que as sensibilizações cutânea e respiratória não se caracterizam como um perigo crônico, mas

sim agudo, não estando alinhados com os critérios adotados internacionalmente. Sobre os disruptores endócrinos, Nícia (Abiquim) solicitou que houvesse a menção na lei de evidências científicas que demonstrassem o efeito de disrupção endócrina, para que esse critério não ficasse tão genérico, já que o tema é embrionário e os métodos de análise estabelecidos internacionalmente para verificar esse efeito estão em desenvolvimento.

Como não foi consenso no grupo, essa discussão seria levada para debate no âmbito da Conasq.

Leopoldo (MS) propõe que seja previsto na lei, como uma das possíveis sanções, a avaliação e reparação dos danos causados à saúde humana e ao meio ambiente.

Nícia (Abiquim) se manifesta desfavoravelmente a essa proposta, tendo em vista que mudaria o objeto da lei, aumentando muito seu escopo e alcance de atuação. Para os outros membros, essa proposta é adequada e deve permanecer na lei. Como não houve mais argumentação sobre a proposta, decidiu-se por encaminhar o assunto à Conasq.

Não havendo mais discussões, Alberto (MMA) encerrou a reunião agradecendo a participação e colaboração de todos durante o período de vigência do Grupo de Trabalho. Informou também que os pontos que não foram consenso seriam discutidos e deliberados com aquelas instituições que demonstraram contrariedade, afim de reduzir as demandas em aberto, que serão objeto de discussão na Conasq, em sua próxima reunião.